

# **(Re)escrever a China no século XVI: marcas portuguesas e especificidades no *Discurso de la Navegación de Bernardino de Escalante***

---

**Victoria Béguelin-Argimón**

Université de Lausanne

• victoria.beguelin-argimon@unil.ch

**DOI** [https://doi.org/10.34913/  
journals/lingualugar.2021.e530](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e530)

Este artigo apresenta a dívida de Bernardino de Escalante para com os textos portugueses do século XVI sobre a China, nomeadamente com os textos de João de Barros e Gaspar da Cruz. Ilustra alguns dos meios usados pelo frade agostinho no seu *Discurso de la Navegación* para a reescrita das suas fontes: seleção de conteúdos, reestruturação dos mesmos e tradução de partes importantes dos textos originais. Apesar de tomar grandemente de empréstimo escritos portugueses, o *Discurso* apresenta também especificidades tais como a presença do autor no seu próprio texto ou a comparação das realidades do mundo chinês com as realidades do mundo castelhano, com o objetivo dar mais vida ao texto e adaptá-lo ao seu novo público-alvo.

**Palavras-chave:** João de Barros; Gaspar da Cruz; Bernardino de Escalante; reescrita; a China no séc. XVI.



*Cet article présente la dette de Bernardino de Escalante envers des textes portugais du XVI<sup>e</sup> siècle sur la Chine, notamment ceux de João de Barros et de Gaspar da Cruz. Il illustre quelques-uns des moyens employés par le frère Augustin dans son *Discurso de la Navegación* pour la réécriture de ses sources : sélection des contenus, restructuration de ceux-ci et traduction d'importants pans des textes originaux. Malgré la forte empreinte des écrits portugais, le *Discurso* montre également des spécificités telles que la présence de l'auteur dans son propre texte ou la comparaison des réalités du monde chinois avec celles du monde castillan, qui visent à vivifier le texte et à l'adapter à son nouveau public cible.*

**Mots clés:** João de Barros; Gaspar da Cruz; Bernardino de Escalante; réécriture; Chine au XVI<sup>e</sup> siècle.

A partir de meados do século XV e durante boa parte do século XVI, a rivalidade marítima entre os reinos de Portugal e de Castela é crescente nas águas do Atlântico e do Pacífico. Em virtude do Tratado de Tordesilhas (1494), os castelhanos centram a sua empresa das descobertas, conquista e colonização em terras americanas, enquanto os portugueses navegam ao longo da costa africana, tomam Malaca em 1511 e pisam solo chinês em 1513, inaugurando um intenso e frutuoso comércio com os territórios do Sudeste Asiático, nomeadamente o comércio de especiarias. Na importante cidade de Cantão, os portugueses são autorizados pelas autoridades do Império Celeste a criarem uma base a partir da qual vão passar a poder negociar com os chineses até 1522, ano em que a presença em Cantão é proibida. Entre esta data e 1554 o comércio português na China decorre sempre ao arpejo das ordens imperiais. Já em 1565, os castelhanos chegam às Ilhas Filipinas vindos do Oriente e estabelecem aí uma colónia a partir da qual pretendem continuar a sua aventura de expansão territorial com a conquista da China. As Filipinas não chegam a ser uma base militar para tal empresa, mas serão contudo o espaço em torno do qual girará o comércio entre o Império Celeste e a Espanha e local de partida do famoso galeão de Manila, que permitirá aos castelhanos percorrerem a sua própria rota da seda da China até Castela, sem terem que pisar território estrangeiro.<sup>1</sup> As fortes movimentações de portugueses e castelhanos nas duas latitudes, bem como o interesse que os novos horizontes suscitam, são frequentemente acompanhados por textos escritos de natureza muito diversa e que dão conta tanto das movimentações bem como das notícias que se acumulam sobre estes lugares: das cartas privadas aos tratados, passando pelas missivas oficiais, os discursos, as relações ou as crónicas, todos estes documentos narram as viagens, contam as peripécias dos seus protagonistas ou recolhem dados geográficos, históricos, políticos, antropológicos e religiosos sobre terras cujo conhecimento vai sendo assim integrado nos saberes dos povos ibéricos, oferecendo uma visão clara de um mundo já globalizado (Gruzinski, 2012). Estas informações – obtidas com o afã de dominar e com os olhos postos em novas expansões – serão zelosamente guardadas em ambos os reinos, mas muito particularmente em Portugal. Em 1580, com a integração da coroa portuguesa na castelhana, muitos dos conhecimentos dos portugueses, até então sob estrito “sigilo”, passaram para as mãos dos castelhanos.

Os dados recolhidos pelos portugueses sobre o Império Celeste, bem como os dados recolhidos posteriormente pelos castelhanos, configurarão o que Ollé designa pela imagem ibérica da China (Ollé, 2000, pp.

---

<sup>1</sup> Para a presença espanhola nas Filipinas, ver Ollé (2002).

67-75). Na verdade, foi graças à produção ibérica de textos –portugueses e espanhóis – que a Europa conheceu a China no século XVI. Alguns dos textos que reúnem informações sobre a chamada “questão da China” seriam preservados apenas em documentos manuscritos – especialmente de caráter pragmático, como cartas e relações –, enquanto outros – destinados a transmitir informações articuladas e sistemáticas sobre o império – saltariam muito rapidamente para a imprensa, transmitindo, em geral, uma imagem muito positiva do mesmo. No entanto, a divulgação de textos em português e espanhol sobre a China não terá sorte igual, já que, enquanto alguns textos castelhanos se tornam verdadeiros sucessos de vendas ao seu tempo com traduções para as principais línguas europeias, os textos portugueses seriam relegados ao esquecimento. Razões objetivas não faltam: em meados do século XVI, a língua portuguesa e a língua castelhana não gozam de igual prestígio, já que a projeção política e cultural do castelhano é, então, infinitamente maior que a do português.

As páginas que se seguem começam por apresentar as principais obras portuguesas e espanholas sobre a matéria chinesa do século XVI, com o objetivo de evidenciar a intrincada rede textual em que assentam e mostrar a dívida dos textos castelhanos para com os textos lusos.

Na verdade, como assinalado pelos especialistas,<sup>2</sup> as principais obras castelhanas sobre a China são reescritas de textos anteriores, muitos deles portugueses. A segunda parte do trabalho abordará o *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China* do castelhano Bernardino de Escalante por forma a analisar e ilustrar em que consiste o trabalho de reescrita de Escalante, a forma como aborda os textos fonte, o que preserva dos mesmos, que mudanças introduz no seu *Discurso* e como a nova produção ganha novo significado ao ir beber às fontes portuguesas a que recorre.

---

<sup>2</sup> Ver especialmente Boxer (1953), Roque de Oliveira (2003) e Vilà (2009 e 2013).

### A Questão da China: uma vasta produção textual

A partir do corpus textual peninsular quinhentista que se constitui em torno do tema China, limitar-nos-emos a citar aqui os textos que chegaram à imprensa da época, em português – as *Décadas da Ásia* de João de Barros e o *Tratado de cousas da China* de Gaspar da Cruz – ou em espanhol – o *Discurso de la Navegación* de Bernardino de Escalante e a *Historia del Gran Reino de la China* de Juan González de Mendonza – para evocar assim a densa rede de discursos orais ou escritos em que assenta esta grande produção.

As *Décadas da Ásia* – com o subtítulo *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* –

de João de Barros (1496-1570) atestam a importância das viagens dos portugueses para Oriente.<sup>3</sup> O cronista oficial da coroa portuguesa narra a ação dos seus compatriotas no Oriente numa obra de vasto conteúdo e na qual a descrição do Império Celeste decorre na Década Terceira (capítulo sete, livro dois). Para a redação desta parte da sua obra, Barros – que nunca pisou solo chinês – recorre a documentos oficiais em poder da Casa da Índia, à *Suma Oriental* de Tomé Pires e ao *Livro de Duarte Barbosa*, bem como a correspondência de presos portugueses na China (Vilà, 2009, p. XLIV). Publicadas entre 1552 e 1563, as três primeiras *Décadas* não foram amplamente divulgadas à época e contaram apenas com uma tradução italiana em Veneza em 1563.<sup>4</sup> Devemos à pena do dominicano Gaspar da Cruz (1520-1570)<sup>5</sup> o *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China*, primeira obra publicada e dedicada inteiramente ao Império do Meio.<sup>6</sup> Cruz viajou para a Ásia como missionário e, durante o seu périplo de evangelização, viveu em Cantão durante algumas semanas, em finais de 1556. O teor do *Tractado* baseia-se na experiência cantonesa do seu autor, em informações que recolhe junto de pessoas inquiridas durante a sua estadia na cidade chinesa e na tradução de documentos chineses que obteve no local. A estes materiais juntam-se dados de textos anteriores, nomeadamente de João de Barros e de prisioneiros portugueses na China – especialmente a história de Galeote Pereira com quem Gaspar da Cruz afirma repetidamente no seu texto estar em dívida – bem como dados de documentos administrativos e cartas privadas. O tratado foi impresso em Évora em 1570 e, embora tivesse conhecido uma circulação muito limitada, foi amplamente utilizado por um autor espanhol, Bernardino de Escalante, no seu *Discurso*.

De facto, o agostinho Bernardino de Escalante (1537-1605),<sup>7</sup> cosmógrafo importante da época, nunca viajou para a China, mas compilou no seu *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China* (1575, publicado em Sevilha em 1577) grande parte da informação então disponível na Europa sobre o Império Celeste, baseando-se principalmente, como veremos, nas obras de João de Barros e Gaspar da Cruz.

<sup>3</sup> Para Barros, ver Vilà (2009, pp. XLIV-XLVIII) e Roque de Oliveira (2003, pp. 535-545).

<sup>4</sup> A quarta Década, inacabada, foi concluída por João Baptista Lavanha e publicada em Madrid em 1615.

<sup>5</sup> Ver Boxer (1953, pp. lviii-lxvii), Loureiro (1997, pp. 13-54; 2000, pp. 517-546) e Roque de Oliveira (2003, pp. 785-812) para uma apresentação da biografia de Gaspar da Cruz e do seu *Tractado*.

<sup>6</sup> Historiadores portugueses como Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Goes, além do já citado Barros, tinham informado sobre a China nos seus trabalhos, mas os mesmos não eram dedicados na íntegra ao Império Celeste (Boxer, 1953, p. lxii).

<sup>7</sup> Ver Roque de Oliveira (2003, pp. 812-821), Vilà (2009, pp. LXVI-LXXI) e Bellón Barrios (2008) para uma apresentação da biografia de Bernardino de Escalante e da sua obra.

A obra impressa que culmina esta cadeia textual – aproveitando dela e agregando novos materiais – é a *Historia del Gran Reino de la China* do também agostinho Juan González de Mendoza.<sup>8</sup> A composição desta obra deve-se ao crescente interesse da Coroa Castelhana pela China no final do século XVI. Em 1581, Felipe II nomeia González de Mendoza como responsável de uma embaixada ao Império Celeste que deve encontrar-se com o imperador e trazer informações sobre as terras imperiais. Para tal, González de Mendoza empreende uma viagem até Nova Espanha, mas, por motivos vários, nunca pisa território chinês. O agostinho, porém, aproveita a sua estadia no México para compilar uma grande quantidade de dados sobre a China. Consulta traduções de livros chineses, acede a documentos e correspondência oficiais sobre o Império, recolhe informações através de depoimentos de pessoas que encontra no México – chineses, entre outros – e gere o conjunto de relações das três viagens empreendidas por espanhóis ao Império Celeste entre 1575 e 1582: os relatos do agostinho Martín de Rada e do “encomendero” que o acompanha, Miguel de Loarca; os do franciscano Frei Agustín de Tordesillas e do Alferes Dueñas; e de Frei Martín Ignacio de Loyola. De volta à Europa, o Papa Gregório XIII confia a González de Mendoza a redação de um tratado sobre a China, que o agostinho elaborará, não só a partir de todo o material recolhido, mas também com fontes portuguesas, diretamente ou através do Discurso de Escalante. Publicada pela primeira vez em Roma em 1585 e com 37 edições no espaço de quinze anos,<sup>9</sup> a *Historia del Gran Reino de la China* torna-se um verdadeiro sucesso editorial e é traduzida para as principais línguas europeias (francês, italiano, inglês, holandês) e também para o latim. Boxer (1953, p. xvii) aponta que, com um público leitor ainda reduzido nesta época, não seria exagero dizer que o livro de González de Mendoza foi lido pela maioria dos europeus cultivados no início do século XVII.

### As Décadas e o Tractado no Discurso de Escalante

O título da obra de Escalante, *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China*, mostra claramente a dependência deste texto do mundo português e o amplo conhecimento que os portugueses tinham do Império Celeste. Escalante confirmará isso ao longo do *Discurso*, declarando ter sido informado diretamente e de viva voz, “con gran diligencia y cuidado” através “de hombres fidedignos portugueses, que han

<sup>8</sup> Ver Boxer (1953, pp. lxxxvii-xci), Roque de Oliveira (2003, pp. 857-911), Vilà (2009, pp. LXXI-LXXVI) e Sola (2018) para uma biografia de Juan González de Mendoza e dados da sua *Historia del Gran Reino de la China*.

<sup>9</sup> Boxer menciona 30 edições (1953, p. xvii), Vila cita a língua e o local de edição de 32 edições (2013, p. 78 e pp. 92-94) e Oliveira e Costa, de 37 (1999, pp. 226-290).

estado en aquel reino con comercios y otros negocios” (Escalante, 2009, pp. 94-95), isto é, através de testemunhas oculares. Reconhece também ter ido beber a fontes escritas, aos relatos dos portugueses que foram feitos prisioneiros na China: “[a]firman algunos portugueses que fueron allá llevados en prisión que vieron [...]” (Escalante, 2009, pp. 44-45); “[a]firman algunos portugueses que se hallaron en aquellas cárceles presos” (Escalante, 2009, p. 81). Outra fonte de informação testemunhal vem dos chineses que viajaram para Portugal – “por relación de [...] algunas chinas que han sido traídas a Portugal” (Escalante, 2009, p. 81) – e também para Espanha – “de los mismos naturales chinas que han venido a España” (Escalante, 2009, p. 95) – e os quais Escalante terá entrevistado com o objetivo de obter dados para o seu trabalho. De todas as informações recolhidas assegura ter selecionado “lo que me pareció más auténtico, según lo que convenía à esta breve narración” (Escalante, 2009, p. 95).

Ao longo da sua obra, Escalante tampouco hesita em reconhecer a sua dívida para com o cosmógrafo João de Barros e Frei Gaspar da Cruz, ainda que o faça apenas de forma pontual. Na verdade, as obras de ambos os autores são essenciais para a composição do seu *Discurso*. Isto embora salte à vista o alcance menor da obra do espanhol – uma “breve narración” – em comparação com a de Gaspar da Cruz, que é muito mais detalhada. Com efeito, o tratado de Cruz é uma compilação que abrange todo o conhecimento do início do século sobre a China e introduz muitos dados obtidos pelo próprio autor após a sua estadia de algumas semanas na China, na região de Cantão.

Vejamos como Escalante integra no seu *Discurso* algumas das notícias fornecidas por Barros nas páginas que este dedica à descrição da China e, em particular, à cidade de Cantão na sua *Década* terceira. Sem indicar a fonte, Escalante toma a explicação de João de Barros sobre a situação da China:

Lava la mayor parte dél el gran mar Océano Oriental, comenzando de la Isla Aynan, vecina a Cuachinchina, que está en diez y nueve grados de la banda del norte, ciñéndole por la parte del sur, en la corredura del lesnordeste, encogiéndose hacia el norte, hasta un cabo, el más oriental que tiene; a do está puesta la ciudad de Nimpo, a que los portugueses llaman Liampo y dende allí vuelve al norueste, y al norte, haciendo una gran ensenada muy penetrante, llevando por encima de sí otra costa oposita a la debajo, quedando la tierra de arriba metida debajo de los regelos del Norte: donde habitan los tártaros, con quien tiene continua guerra (Escalante, 2009, pp. 36-37).

Em Barros lemos:

A grã província (se êste nome pode ter aquela parte da terra, a que nós chamamos China) é a mais oriental que Ásia tem; a maior parte da qual é lavada do Grande Oceano, à maneira que é a nossa Europa opósita a ela, começando da Ilha Calez. Porque, como desta ilha ela vai torneada e cengida do Mar Ocidental, e depois que chega ao Cabo de Fisterra, como ao Norte até chegar às regiões e reino Dinamarca, e des-i faz a grande enseada a que chamam Mar Báltico, entre a Sarmácia e Norduégia, com o mais que se vai continuando com a terra Lapónia e a outra regelada a nós incógnita; assi esta região, a que chamamos China, começando da Ilha Ainão, que é a mais ocidental que ela tem, vezinha ao reino Cacho per nos chamado Cauchinchina que é do seu estado, o mar a vai cengindo pela parte do Sul, e corre nesta continuação pelo rumo a que os mareantes chamam Lesnordeste, encolhendo-a quanto pode pera o Norte, até chegar a um cabo o mais oriental dela, onde está encolhendo a cidade Nimpó, a que os nossos corruptamente chamam Liampó. E daqui volta contra o Noroeste e Norte, e vai fazendo outra enseada mui penetrante, levando per cima de si outra costa opósita à de baixo, com que a terra de cima fica metida debaixo dos regelos do Norte, onde habitam os tártaros, a que êles chamam tátas, com quem teêm contínua guerra (Barros, 1946, p. 90).

É evidente a maior brevidade da passagem de Escalante em relação à de João de Barros dada a omissão da digressão comparativa através da qual Barros estabelece um paralelo entre as costas da China e as da Europa (“à maneira que é a nossa Europa...”). Escalante também omite as referências que revelam o contexto espacial no qual se insere a obra de Barros, Portugal, e o público leitor a que se destina, o português. Assim, desaparecem no *Discurso* as referências “a que chamamos China” e “por nós chamada Cauchinchina”, embora Escalante transforme a menção “que os nossos corruptamente chamam Liampo” em “a que los portugueses llaman Liampo”, pelo que no texto espanhol transparece assim a marca das suas fontes lusas. De referir ainda a menção de Barros “rumo a que os mareantes chamam Lesnordeste” versus “en la corredura del lesnordeste” onde a referência a este ponto cardeal, típico dos navegadores, se integra no texto de Escalante sem qualquer marca de uso. Na passagem do *Discurso*, menciona-se a situação da ilha de Hainan (“diez y nueve grados de la banda del norte”), informação que Barros introduz um pouco mais à frente na sua obra. Chama a atenção o detalhe com que Barros precisa as diferentes formas de designar os territórios, os pontos cardeais ou as povoações (“a que êles chamam tátas”), menções que Escalante omite no seu texto.

A descrição da Grande Muralha no *Discurso* provém também das *Décadas*, algo que Escalante não esconde. Nesse caso, o castelhano cita



a fonte em que o próprio Barros se baseia, um mapa no qual aparece o traçado desta muralha: “Juan de Barros dice [...] que son [los chinos] grandes astrólogos, e infierele por relaciones que tuvo, y por un libro que de allá le trajeron de la situación de la tierra, y comentario sobre ella, a manera de itinerario, y por una carta de geografía, hecha por los mismos chinas” (Escalante, 2009, p. 66). Segundo Escalante, algumas relações, um livro chinês que recebeu – provavelmente um tratado de geografia – e um mapa também da China são as bases das informações de Barros, e o espanhol não hesita em mencioná-las no seu *Discurso*. Neste caso, a descrição da muralha é quase uma tradução à letra da fonte, como se pode verificar comparando os dois textos:

que entre corenta e três e corenta e cinco graus vai lançado um muro que corre de ponente de ûa cidade per nome Ochioi que está situada entre duas altíssimas serras, quási como passo e pórtá daquela região: e vai correndo pera o Oriente, até fechar em outra grande serrania que está bebendo em aquêlê Mar Oriental em modo de cabo, cujo comprimento parece ser mais de duzentas léguas. O qual muro dizem que os reis daquela região da China, mandaram fazer por defesa contra os povos a que nós chamámos tártaros (Barros, 1946, p. 91).

a do venía señalado un muro que comienza dende la ciudad de Ochioy, que es puesta entre dos altísimas sierras, casi como paso y puerta de aquella región que discurre en cuarenta y tres a cuarenta y cinco grados dende poniente a levante, hasta topar en otra gran serranía, que está bebiendo en aquel mar oriental, a manera de cabo, cuya largura parece ser de más de docientas leguas, el cual mandaron fabricar los reyes pasados, para defenderse de las incursiones de los tártaros sus capitales enemigos (Escalante, 2009, p. 66).

Noutro trecho, mencionando também Barros – “historiador dotísimo de aquella nación” – e aludindo de novo às fontes de informação geográfica do português – “una carta de geografía hecha por los mismos chinas, que se trajo a Portugal a poder de Juan de Barros” –, Escalante relata sobre o número de cidades na China: “[h]ay en este reino muchas ciudades y muy populosas tanto, que [...] vinieron señaladas docientas y cuarenta y cuatro ciudades famosas” (Escalante, 2009, p. 42).

Escalante reconhece em uma ocasião a sua dívida para com Gaspar da Cruz – “Fray Gaspar de la Cruz, religioso portugués de la orden de Santo Domingo, que estuvo en esta tierra en la ciudad de Cantón, y escribió copiosamente las cosas que vio y le sucedieron en el viaje; dice que sólo enseñan en estos estudios las leyes del reino, y no otra ciencia alguna [...]” (Escalante, 2009, p. 66) –, embora muitos dos dados do *Discurso* sejam provenientes da obra do português, sem menção explícita à mesma.

O capítulo nove do *Discurso*, intitulado “De los gestos y trajes de esta gente y de sus costumbres” (Escalante, 2009, p. 48), reúne todas as questões relacionadas com a aparência física dos chineses, o seu modo de vestir, a sua vida social e familiar, os seus hábitos alimentares, as suas regras de cortesia, a sua arte e artesanato. A informação encontrada em Escalante num único capítulo está dispersa em Cruz por vários capítulos onde os dados são, obviamente, muito mais detalhados. Trata-se de informação dos capítulos XI (“Dos oficiais mecânicos e dos mercadores”), XIII (“Dos trajes e usos dos homens”), XIV (“D’algumas festas que os chinas fazem, e de suas músicas e enterramentos”) e XV (“Dos trajes e usos das mulheres, e se há escravos na China”) do *Tratado* de Cruz. No capítulo nove do *Discurso* podemos observar assim o trabalho de seleção dos dados levado a cabo por Escalante a partir do texto fonte e da sua reestruturação no *Discurso*.

Em muitas passagens, Escalante limita-se à simples tradução do texto português. A descrição do fabrico de porcelana pode ser usado como um exemplo, entre muitos outros, de tradução literal do texto de partida. Cruz explica que:

O material da porcelana é uma pedra branca e mole, e alguma é vermelha, que não é tão fina, ou para melhor dizer, é um barro rijo, o qual depois de bem pisado e moído é deitado em tanques de agua, os quais eles têm muito bem feitos de pedra de cantaría, e alguns engessados, e são muito limpos. E depois de bem envolto [o barro] na água, da nata que fica de cima fazem as porcelanas muito finas; e assim quanto mais abaixo, tanto são mais grossas, e da borra do barro fazem umas muito grossas e baixas de que se serve a gente pobre da China. Fazem-nas primeiro deste barro, da maneira que os oleiros fazem outra qualquer louça; depois de feitas as enxugam ao sol. Depois de enxutas lhe[s] põem a pintura que querem de tinta de anil, que é tão fina como se vê. Depois de enxutas estas pinturas, põem-lhe o vidro, e vidradas cozem-nas (Cruz, 1997, p. 150).

Escalante traduz literalmente o fragmento:

Hacen de una piedra blanca y muelle, y alguna colorada, pero no es tan buena, o por mejor decir de un barro recio, el cual deshecho y molido, lo echan en unos estanques de agua, que tienen muy bien hechos de piedra de cantería, y algunos enyesados y muy limpios. Y después de haberlo muy bien revuelto en el agua, de la nata que queda encima hacen las más finas, y cuanto más abajo van sacando, tanto son más bastas y de la borra hacen las más groseras, de que se sirve la gente común. Fórmanlas de la manera que por acá hacen la loza, y enjúganlas al sol, y después pónenles la pintura que quieren, de tinta de añil, que es tan fina como se ve en ellas. Y cuando están secas pónenle el vidrio y cuécenlas (Escalante, 2009, p. 55).

A descrição da porcelana no texto de Cruz é precedida de algumas palavras que justificam a introdução desta notícia – estreitamente ligada ao seu próprio contexto de produção e receção do texto do português – e que Escalante ignora:

E porque há muitas opiniões entre os portugueses que não entraram na China sobre onde se faz a porcelana e acerca do material de que se faz, dizendo uns que de cascas de ostras, outros que de esterco de muito tempo podre, por não serem informados da verdade, parece-me conveniente coisa dizer aqui o material de que se faz, conforme à verdade dita pelos que o viram (Cruz, 1997, p. 150).

Noutros casos assistimos a um trabalho de reescrita a partir de leves alterações na estrutura sintática, mas que fica indiscutivelmente a dever à fonte, tanto do ponto de vista do conteúdo como da própria escolha do léxico:

Ainda que os chinas comumente sejam feios, tendo olhos pequenos e rostos e narizes esmagados, e sejam desbarbados, com uns cabelinhos nas maçãs da barba, todavia se acham alguns que têm os rostos mui bem feitos e proporcionados, com olhos grandes, barbas bem postas, narizes bem feitos. Mas destes são muito poucos, e pode ser que sejam de outras nações nos tempos antigos entremetidas nos chinas, em tempo que eles comunicavam diversas gentes (Cruz, 1997, p. 161).

Son todos los chinas generalmente de rostros anchos y ojos pequeños, y narices llanas, y lampiños, con unos pocos pelos en las manzanas de la barba. Algunos se hallan, que tienen rostros bien hechos y proporcionados, con ojos grandes y barbas bien puestas, pero son muy pocos, que deben de proceder de gente extranjera que antiguamente se entremetieron con ellos, cuando salían del reino y comunicaban con diversas gentes (Escalante, 2009, p. 48).

Nesta passagem, Escalante evita a avaliação subjetiva dos chineses (“os chinas comumente sejam feios”) e reduz a sua descrição a aspetos que podem ser considerados mais objetivos.

O trabalho de reescrita de Escalante pressupõe, portanto, uma seleção dos materiais oferecidos pelas suas fontes – levando-o, regra geral, à *abreviação* –, uma reestruturação dos mesmos e uma reformulação dos textos originais, limitada por vezes a uma simples tradução.

### Adaptação ao público leitor

Se, do ponto de vista do conteúdo, Escalante dificilmente poderia escrever uma obra original, do ponto de vista do discurso, pode-se dizer que Escalante consegue apropriar-se do material português, adaptando-o, por um lado ao novo público-alvo e, por outro, introduzindo a sua própria voz no discurso.

Um dos recursos utilizados por Escalante para adaptar o *Discurso* aos seus destinatários espanhóis está patente nas comparações. Elemento fundamental nas descrições e características da retórica da alteridade (Hartog, 1980, pp. 237-242), as comparações estabelecem uma ponte entre o mundo desconhecido e o mundo conhecido: o “aqui”, o universo conhecido, funciona como um ponto de ancoragem para proporcionar, por analogia, um reflexo do “aí” / “lá”, o universo desconhecido.

O texto de Cruz por seu lado introduz comparações nas quais se inclui o universo luso e os destinatários a quem o texto se destina, os portugueses, como segundo termo de comparação –“Usam de saias compridas ao modo das portuguesas” (Cruz, 1997, p. 173) –, Escalante hispaniza o texto, afirmando que “[l]as sayas que usan son del talle que las de acá” (Escalante, 2009, p. 49) ou dizendo das mulheres que “[a]féitanse con la curiosidad que en España” (Escalante, 2009, p. 49).

As cidades portuguesas ou espanholas desfilam pelos textos de Cruz e Escalante, respetivamente. No que diz respeito às dimensões da muralha de Cantão, os portugueses que lá passaram sustentam que são comparáveis às de Lisboa, afirmando “ser tamanha esta cerca como a de Lisboa” embora “a outros pareceu maior” (Cruz, 1997, p. 112). Quanto à cidade de Cantão, Escalante acredita que, em relação às demais cidades chinesas, “es como la ciudad de Cádiz, respeto de las demás ciudades grandes de España” (Escalante, 2009, p. 45). O castelhano também dá voz aos portugueses ao especificar que os mesmos “vienen a confesar, que [Cantón] es muy mayor que su Lisboa; que es estimada y tenida por una de las mayores ciudades de Europa” (Escalante, 2009, p. 48).

Escalante é muito prolixo em comparações com referentes espanhóis. Para atravessar rios de forte caudal, o castelhano afirma que os chineses usam “barcas a la manera de la de Sevilla, asidas con fuertes cadenas” (Escalante, 2009, p. 44). E para explicar as muitas línguas faladas no Império e as dificuldades que esta diversidade acarreta para a inter-

compreensão dos chineses, estabelece também um paralelo com os territórios peninsulares ao afirmar que não se entendem “los unos a los otros más que los bascongados y valencianos” (Escalante, 2009, p. 65).

Os termos das comparações são muito variados, mas têm sempre sentido para um público leitor espanhol ao incluírem referências tanto a territórios do ultramar como a territórios europeus pertencentes à Coroa: sobre a prata e o ouro afirma Escalante que “se trueca a peso como en Perú” (Escalante, 2009, p. 57). Bruges e a Flandres aparecem em diversas ocasiões para descrever as cidades cheias de canais na China – as cidades “se navegan por dentro, como Brujas en Flandes” (Escalante, 2009, p. 44) – e do mar na Baía de Bengala afirma que é “baja como la de Holanda” (Escalante, 2009, p. 59). Cruz descreve embarcações dizendo que “fazem-nas assim compridas para que trazendo muita carga possam melhor navegar pelos rios, que às vezes não são altos” (Cruz, 1997, p. 136), enquanto Escalante especifica que são “a la manera de las chatas de Flandes” (Escalante, 2009, p. 59). No que toca ao gosto de comer com abundância dos chineses, Escalante alerta que não “les llev(a)n ventaja los flamencos ni alemanes” (Escalante, 2009, p. 51). No que se refere aos cargos políticos e administrativos dos chineses, Escalante tenta encontrar cargos equivalentes aos espanhóis sendo que do “tutam”, por exemplo, dirá que “es como entre nosotros virrey” (Escalante, 2009, p. 46).

De igual modo, com o intuito de acomodar o texto ao público leitor castelhano, Escalante adapta as moedas portuguesas – real e cruzados – a escudos e maravedis castelhanos ao falar do preço dos diversos produtos na China.

### **A voz do emissor e a função testemunhal**

Nos relatos de viagens e descrições de terras distantes, o facto de o emissor se apresentar como testemunha ocular do contado ou do descrito é um ingrediente muito importante e funciona como garante de veracidade, ao mesmo tempo que confere vivacidade ao texto e elimina o estatismo às descrições: ter estado num lugar, tê-lo visto, ter ouvido pessoalmente uma história, ter medido um edifício ou ter recebido um presente, por exemplo, são provas da veracidade do discurso.

O texto de Gaspar da Cruz reúne inúmeros episódios curiosos onde o autor figura como protagonista. Ao descrever, por exemplo, o costume chinês de receber com uma chávena de chá todos os que visitam uma casa, Gaspar da Cruz conclui a sua exposição fazendo valer a

sua experiência pessoal: “e a mim ma ofereceram muitas vezes” (Cruz, 1997, p. 164). Noutra ocasião, para avivar a sua descrição da prática dos banquetes na China, Cruz recorda um jantar para o qual foi convidado: “[f]oram-me um dia uns nobres portugueses mostrar em Cantão um banquete que fazia um mercador rico e honrado, o qual foi para folgar de ver” (Cruz, 1997, p. 164). Este recurso permite-lhe compensar a descrição estática do mundo apresentado com a vivacidade da ação: a descrição que se segue é introduzida no imperfeito do indicativo – no quadro do mundo narrado –, que contrasta com o resto do capítulo, no presente do indicativo, que atesta o mundo comentado e tem um valor generalizador. Para acrescentar um último episódio curioso, mencionaremos que, ao abordar o funcionamento da justiça na China, Gaspar da Cruz afirma que, “[e]stando eu em Cantão, vi andar um mercador china de justiça em justiça mui asperamente tratado, por consentir a sua mulher adúltera” (Cruz, 1997, p. 174) através do qual ilustra a prática na China de punir não só a mulher adúltera, mas também o marido que permitiu o adultério à sua mulher. Nos dois últimos exemplos, é o testemunho visual que Cruz destaca (“folgar de ver” e “vi andar um mercador”).

É certo que Escalante não pode apresentar-se como testemunha daquilo que descreve, pelo que poderíamos ser levados a pensar que o *Discurso* de Escalante perde em vivacidade. No entanto, o espanhol sabe inserir-se no texto para lhe conferir autenticidade e frescura. Referindo-se aos veículos movidos a vento utilizados como meio de transporte nos campos da China, Escalante corrobora a veracidade do que é descrito, aduzindo, antes de mais, o testemunho de portugueses que o viram pessoalmente. Mas outra prova fundamental que Escalante fornece é a afirmação de que ele próprio contemplou representações destes veículos em pinturas trazidas da China para Portugal: “Esto vi afirmar a muchos portugueses que en aquella tierra han estado, y pruébase ser así porque en algunos lienzos de pintura que de allá traen, que yo vi en Lisboa, vienen dibujados de la manera que son” (Escalante, 2009, p. 54).

Ao elogiar o acabamento requintado e a decoração de móveis e de pequenos objetos – “[t]ienen muchas camas riquísimas, mesas, bandejas, cofrecitos, tan dorados y curiosamente labrados y pintados de oro y matices” (Escalante, 2009, pp. 55-56) –, Escalante expressa a admiração das pessoas que o rodeiam, em Espanha: as referidas peças “ponen espanto a los grandes artífices que por acá hay” (Escalante, 2009, p. 56). O trabalho de marchetaria feito na China é também objeto de todos os seus elogios e neles se percebe a total sinceridade do autor quando afirma ter uma pequena escrivanhina chinesa da qual diz: “le mostré en

Lisbona a do le compré, y en Sevilla a los hombres más curiosos y de mayor ingenio en todas las artes que en estas ciudades al presente había, y con gran admiración me dijeron, que en toda Europa no había nadie que se atreviese a hacer, ni aún intentar, la obra que en él había” (Escalante, 2009, p. 56). O espanhol mostra assim o seu conhecimento direto das realidades que descreve.

O facto de não ter viajado até à China também não impede o autor do *Discurso* de apresentar-se como conhecedor em primeira mão das peculiaridades da escrita chinesa e do sistema aritmético do Império Celeste. O contacto pessoal de Escalante com chineses que viajaram para a Península permite-lhe introduzir-se no discurso como testemunha *do que viu*: “como yo lo vi hacer a un chino, pidiéndole que escribiese algunos nombres, y me declaró los números del contar de que usan, que sin ninguna dificultad se pudieron entender, y sumar y restar cualquier cuenta por ellos, como por los que nosotros usamos” (Escalante, 2009, p. 65). Por outro lado, as referências à ampla difusão da imprensa na China são corroboradas pela menção da presença de livros em chinês na corte portuguesa: “Destos sus libros de molde que tratan de sus historias, había dos en poder de la Serenísima Reina de Portugal doña Catalina, que hoy vive” (Escalante, 2009, p. 65).

Este florilégio de exemplos, além de ilustrar a forma como Escalante entra no *Discurso*, revela tanto a circulação de objetos sumptuosos entre a China e a Península – para Espanha e para Portugal –, bem como as relações estreitas de Escalante com os portugueses que viajaram para a China e com os chineses que viajaram para a Península ou para Portugal. Permite também vislumbrar as estreitas relações culturais entre Espanha e Portugal no início da Modernidade.

### Conclusão

Se a imagem da China que chega à Europa no final do século XVI se baseia largamente nos textos portugueses – os primeiros a dar notícias deste território –, os espanhóis terão o mérito de a difundir através de textos impressos escritos em castelhano, adicionando novas informações, como é o caso da *Historia del Gran Reino de la China* de González de Mendoza. O *Discurso* de Escalante, um dos elos desta cadeia de transmissão informativa, mostra o trabalho de reescrita dos textos portugueses anteriores, que pressupõe sobretudo uma seleção e reestruturação dos materiais, bem como a tradução mais ou menos literal de boa parte dos mesmos. Porém, Escalante sabe apropriar-se dos dados que apresenta, integran-

do-se ele mesmo no *Discurso* como testemunho e adaptando o seu texto ao novo contexto de receção, sobretudo através do uso de comparações com referentes conhecidos do público-alvo espanhol.

**137**



---

## Bibliografia

- Barros, J. de (1946). *Terceira Década da Ásia*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colónias.
- Bellón Barrios, R. (2008). *Acerca del Discurso de la navegación (1577) de Bernardino de Escalante: evangelización, conquista, percepción del otro*, <<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/NOTAS/RES0090.pdf>> (último acesso em 1/5/2021).
- Boxer, Ch. R. (1953). *China in the Sixteenth Century*. Londres: The Hakluyt Society.
- Cruz, G. da (1997). *Tratado em que se contam muito por extenso as coisas da China, com suas particularidades, e assim do Reino d'Ormuz, composto pelo reverendo Padre Frei Gaspar Da Cruz, da ordem de São Domingos* (ed. R.M. Loureiro). Lisboa: Edições Cotovia.
- Escalante, B. (2009). *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China* (ed. L. Vilà). In: Vega, M. J. (dir.). *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Córdoba: Almuzara e Fundación Biblioteca de Literatura Universal, pp. 1-96.
- González de Mendoza, J. (2009). *Historia del Gran Reino de la China*, (ed. M. Londoño). In: Vega, M. J. (dir.). *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Córdoba: Editorial Almuzara e Fundación Biblioteca de Literatura Universal, pp. 97-234.
- Gruzinski, S. (2012). *L'Aigle et le Dragon: démesure européenne et mondialisation au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Fayard.
- Hartog, F. (1980). *Le miroir d'Hérodote*. Paris: Gallimard.
- Loureiro, R. M. (ed.) (1997). *Tratado em que se contam muito por extenso as coisas da China, com suas particularidades, e assim do Reino d'Ormuz, composto pelo reverendo Padre Frei Gaspar Da Cruz, da ordem de São Domingos*. Lisboa: Edições Cotovia, introdução, pp. 13-54.
- (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Oliveira e Costa, J. P. (1999). *O Japão e o Cristianismo no século XVI*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Ollé, M. (2000). *La invención de China: Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- (2002). *La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila*. Barcelona: El Acontilado.
- Roque de Oliveira, F. M. (2003). *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c. 1630: impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*. Tese de doutoramento. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, <<http://www.tdx.cat/handle/10803/4951>> (último acesso em 1/12/2020).
- Sola, D. (2018). *El cronista de China: Juan González de Mendoza, entre la misión, el imperio y la historia*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Vilà, L. (2009). “Viajes y crónicas de Oriente en el siglo de los descubrimientos. China en el imaginario y en la política europea del Quinientos”. In: Vega, M. J. (ed.). *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Córdoba: Almuzara e Fundación Biblioteca de Literatura Universal, pp. XI-CXIV.
- (2013). “La Historia del Gran Reino de la China de Juan González de Mendoza. Hacia un estudio de las crónicas de Oriente en la España del Siglo de Oro”. In: Béguelin-Argimón, V. (ed.). Dossier “Españoles en Asia Oriental (siglos XVI-XVII): contextos, textos, gramáticas e vocabularios”. *Boletín Hispánico Helvético*, primavera, pp. 71-97.